



Processo de Promoção dos Integrantes do Quadro do Magistério  
da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

**Atuação Suporte Pedagógico  
Diretor de Escola**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '6200', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Objetiva  
Dissertativa

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da questão dissertativa.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a dissertação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Dissertativa.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**FORMAÇÃO GERAL**

1. Na proposta curricular da educação básica do Estado de São Paulo, a tecnologia comparece com dois sentidos complementares: como educação tecnológica básica e como
  - (A) compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção.
  - (B) entendimento da dimensão prática ou empírica da ciência de ponta.
  - (C) apropriação das múltiplas possibilidades de aplicação dos princípios científicos.
  - (D) decorrência inevitável do eixo programático do progresso científico da atualidade.
  - (E) acúmulo de pressupostos que permitem a passagem do teórico ao real.

---

2. A Proposta Pedagógica representa a identidade da escola, na medida em que ela é o documento oficial em que estão
  - (A) apontados os aspectos a serem contemplados diante da legislação atual.
  - (B) indicadas as mudanças com a introdução do currículo estadual.
  - (C) registrados todos os procedimentos, recursos e metas da escola.
  - (D) salientados os problemas enfrentados no espaço pedagógico com os alunos.
  - (E) enumerados, para fins de consulta, os deveres e obrigações da atual gestão.

---

3. A Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas forneceu, diante da Resolução SE nº 93/2009, instruções relativas às competências e atribuições dos docentes responsáveis pela recuperação. Estipula, assim, que o docente responsável pela recuperação paralela deve, rotineiramente,
  - (A) favorecer a permanência do aluno nessas atividades, de modo que ele obtenha uma maior atenção do professor nas aulas da classe regular.
  - (B) realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados para recuperação, detalhando as dificuldades apontadas pelo professor da classe.
  - (C) evidenciar as formas de acompanhamento, pela equipe gestora, do trabalho desenvolvido pelos professores ao longo do semestre.
  - (D) fazer uso do horário das aulas de recuperação para contemplar, no caso de escolas com até 15 (quinze) classes, o mínimo de três dias por semana.
  - (E) estipular a metodologia e materiais didáticos e tecnológicos a serem utilizados nas aulas regulares, articulando-as às aulas de recuperação.

---

4. O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período de tempo ideal – o ano letivo. Por este motivo, o IDESP é composto por dois critérios:
  - (A) a promoção e retenção de uma série para a outra e as deficiências de aprendizado encontradas no ano letivo seguinte, no SARESP e na Prova Brasil.
  - (B) o indicador de desempenho (ID), que avalia os problemas de aprendizagem, e o indicador de fluxo (IF), que mede o rendimento dos alunos na série e disciplina.
  - (C) a viabilidade dos alunos estarem na série em que se encontram e de dominarem, ainda que precocemente, os conteúdos e habilidades previstos para outras.
  - (D) a possibilidade de os professores terem se equivocado nos critérios de aprovação (dos alunos) e as convicções dos docentes (quanto aos critérios empregados).
  - (E) o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP (o quanto eles aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).



5. De maneira geral, é possível afirmar que os planos de ensino dos professores constituem
- (A) a relação oficial e acordada das propostas feitas pelos vários professores para cada disciplina e série.
  - (B) os norteadores que servem para a elaboração dos planos das aulas e da avaliação da aprendizagem dos alunos.
  - (C) a sequência lógica de ensino-aprendizagem e as regras básicas de funcionamento da classe.
  - (D) a definição daquilo que deve mobilizar os professores das disciplinas para implementá-las em suas aulas.
  - (E) as possibilidades e ajustes, em relação àqueles indicados nas Propostas Curriculares e no Plano Plurianual.
- 
6. Se é função do Coordenador avaliar como foi realizada a aplicação das Situações de Aprendizagem previstas para os diferentes bimestres, caberia, por exemplo, ao final de cada um deles, agendar uma Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC específica, para que os professores das disciplinas
- (A) apresentem, para a direção de sua escola, os resultados obtidos nas avaliações de sistema, replanejando as ações de capacitação.
  - (B) avaliem se os alunos fizeram uso adequado do ensino, tirando proveito das competências curriculares especificadas.
  - (C) verifiquem se foram implantadas ações abstratas, que fogem do cotidiano escolar, por disciplina e série, conforme previsto na proposta pedagógica.
  - (D) divulguem para os demais colegas uma síntese das conquistas realizadas, dos problemas enfrentados, das ações implantadas etc.
  - (E) diagnostiquem e registrem os progressos obtidos nas práticas pedagógicas, bem como as dificuldades relativas ao gerenciamento escolar.
- 
7. Com as normas regimentais básicas, além de implementar os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), pretende-se instituir um mecanismo legal e necessário para
- I. promover a gestão democrática da escola, desconsiderando seu padrão de qualidade.
  - II. fortalecer a autonomia pedagógica, financeira e administrativa.
  - III. valorizar os alunos, por meio de sua participação em grêmios e concursos estudantis.
  - IV. transformar os processos de avaliação institucional do desempenho das escolas e dos alunos.
- Está correto o apresentado APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) I e III.
  - (E) III e IV.
- 
8. Segundo Perrenoud (2000), *enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão* é um dos dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua das professoras e dos professores da educação básica. Faz parte dessa competência:
- I. prevenir a violência na escola e fora dela e lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais.
  - II. organizar e fazer ouvir, no âmbito da escola, o protagonismo juvenil e utilizar as ferramentas multimídia no ensino.
  - III. desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça e participar da criação de regras de vida comum.
  - IV. administrar a homogeneidade no âmbito de uma turma e suscitar o desejo de exercer a cidadania.
- Está correto o apresentado APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) II e III.
  - (D) II e IV.
  - (E) III e IV.



9. Para Tardif (2008) a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. O autor define o saber docente como um
- (A) saber da formação profissional, que se encontra sistematizado em doutrinas ou teorias compreendidas como fonte privilegiada de conhecimento e de experiência profissional.
  - (B) conjunto de conhecimentos atemporais e de diferentes naturezas, que tem como eixo central o saber da experiência que emerge da tradição cultural.
  - (C) conhecimento oriundo da experiência e legitimado por ela, incorporado à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser.
  - (D) saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.
  - (E) saber formado por um conjunto de crenças a partir das quais os professores interpretam e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões.
- 
10. Para Contreras (2002), a autonomia de professores nos remete a uma interpretação dos três aspectos presentes na profissionalidade docente:
- (A) a competência técnica, o respeito às normatizações e o compromisso legal.
  - (B) a responsabilidade partidária, a competência e o compromisso com a aprendizagem.
  - (C) o compromisso ético, o conhecimento escolar e a competência instrumental.
  - (D) a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional.
  - (E) a pertença a um coletivo, o saber experiencial e o conhecimento curricular.
- 
11. Um mundo em constante transformação, com o conhecimento se ampliando e comunidades se transformando, exige, segundo Hargreaves (2004), que o professor desenvolva e seja ajudado a desenvolver as capacidades de
- (A) mergulhar nas situações complexas inerentes à profissão e administrar conflitos de cunho íntimo.
  - (B) enfrentar pais e alunos e recorrer a novas tecnologias midiáticas para a promoção da aprendizagem.
  - (C) administrar sua própria formação continuada para organizar e dirigir situações de aprendizagem com eficácia.
  - (D) trabalhar em equipe, envolver pais e participar da gestão pedagógica e administrativa da escola.
  - (E) correr riscos, lidar com mudanças e desenvolver investigações quando confrontado por novas demandas e problemas.
- 
12. Segundo Castro (2000), a implementação de reformas educacionais em um país federativo como o Brasil, com sistemas de ensino descentralizados, requer, necessariamente, a implantação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações e políticas em curso por diferentes razões, uma das quais é
- (A) permitir a construção de novos cenários, subsidiando a formulação de políticas e programas.
  - (B) observar a prática pedagógica dos professores, identificando seus acertos e correções.
  - (C) assegurar a permanência da sociedade democrática, submetendo os resultados ao Senado.
  - (D) empregar metodologias científicas, capazes de contornar os efeitos adversos da divulgação.
  - (E) usar indicadores capazes de fomentar a discussão dos gestores escolares para premiar seus alunos.
- 
13. A produção de dados estatístico-educacionais que retratem a realidade da Educação é fundamental para o estabelecimento de políticas de melhoria da educação brasileira. Por meio dos censos educacionais, busca-se
- (A) identificar os níveis e modalidades de ensino, investindo em três pesquisas distintas sobre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
  - (B) alcançar informações que permitam formular, implementar e monitorar as políticas educacionais e avaliar o desempenho dos sistemas de ensino.
  - (C) verificar como temáticas específicas estão sendo tratadas e avaliadas pelo docentes, notadamente junto ao alunado de baixa renda.
  - (D) divulgar a fidedignidade e a validade de seus resultados, notadamente em função da necessidade de cumprir os requisitos legais.
  - (E) apresentar uma sistemática de operacionalização, cuja viabilidade depende do trabalho dos gestores em assegurar a cooperação da comunidade escolar.
- 
14. O Censo Escolar, de âmbito nacional, realiza o levantamento de informações estatístico-educacionais relativas
- (A) ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.
  - (B) à Educação Infantil e Educação Especial.
  - (C) à Educação Básica e suas modalidades.
  - (D) à Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.
  - (E) à Educação Básica e Ensino Superior.



15. Chrispino (2007), ao discutir os conceitos de conflito e de conflito escolar, apresenta inúmeras maneiras de classificar esses fenômenos, buscando seu entendimento. Segundo esse autor, a alternativa mais potente e viável para diminuir a violência escolar é a
- (A) mediação de conflitos, pela qual uma pessoa imparcial discute os aspectos em disputa, para levantar alternativas e chegar a um acordo aceitável para todos.
  - (B) explicitação daquilo que se espera dos estudantes e daquilo que a escola se propõe a fazer em termos de ações voltadas para a paz.
  - (C) indução de uma nova ordem social, na qual os conflitos sejam solucionados por um tribunal livre de ideologias libertárias.
  - (D) compreensão de que os conflitos decorrem de relações emocionais que se fazem presentes na sociedade mais ampla.
  - (E) propagação de que os conflitos escolares são ideias abstratas, cuja operacionalização não implica violência escolar.
- 
16. A qualidade da educação oferecida nas escolas públicas vem se tornando tema central, pois essas escolas estão sendo procuradas por um número cada vez mais expressivo de
- (A) jovens e adultos que não tinham, anteriormente, direito efetivo de estudar nessas instituições formais de ensino.
  - (B) crianças com deficiência cognitiva, para quem as aprendizagens escolares são pouco decisivas no mundo globalizado.
  - (C) alunos das camadas mais pobres da sociedade brasileira, que antes não tinham acesso a essas instituições.
  - (D) pessoas das comunidades em que se situam as próprias escolas, a quem o acesso democrático agora permite sua frequência.
  - (E) estudantes da classe média empobrecida, que antes podia pagar escolas privadas para seus filhos.
- 
17. Para que a democratização do acesso à educação tenha uma função realmente inclusiva é indispensável universalizar
- (A) a articulação teoria e prática no magistério.
  - (B) a cultura local em seus aspectos pitorescos.
  - (C) o acesso ao divertimento e ao lazer variado.
  - (D) a relevância das aprendizagens escolares.
  - (E) a constante reflexão sobre a prática individual.
- 
18. Currículo é a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para
- (A) o projeto pedagógico da escola democrática.
  - (B) as atividades extraclasse no contraturno.
  - (C) um conteúdo de caráter ético ou estético.
  - (D) uma sociedade elitizada e corporativa.
  - (E) uma situação de ensino e aprendizagem.
- 
19. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9.394/96) deslocou o foco do ensino para o da aprendizagem e não é por acaso que sua filosofia não é mais a da liberdade de ensino, mas a
- (A) das competências e habilidades.
  - (B) do direito de aprender.
  - (C) do aprendizado antecipatório.
  - (D) da livre expressão do pensar.
  - (E) da lógica formal e dialética.
- 
20. O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, no uso de suas atribuições, instituiu, nesse estado, por meio da deliberação nº 09/97, o regime de Progressão Continuada, entendido como
- (A) necessidade de avaliação das competências, com fundamento nos conteúdos mínimos e obrigatórios, dispostos nas diretrizes nacionais.
  - (B) aprovação automática de todas as crianças, independentemente das conquistas realizadas, ao final de cada ciclo do Ensino Fundamental.
  - (C) controle da matrícula referenciada nos resultados da aprendizagem por série e disciplina, de modo a evitar que alunos reprovados mudem de escola.
  - (D) manutenção dos requisitos previstos para a modalidade Aceleração, conforme a idade do aluno e sua série de destino, resguardada sua vontade.
  - (E) garantia de avaliação da aprendizagem, que deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir dos resultados parciais ou finais.

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

21. A meta política é preparar os alunos, cidadãos e uma força de trabalho capaz de adotar novas tecnologias para apoiar o desenvolvimento social e melhorar a produtividade econômica. (**Meta Política** definida pela UNESCO, 2009, para o trabalho relacionado às Tecnologias da Informação e Comunicação/TICs junto aos alunos).

A gestão escolar contribui para que essa meta seja atingida quando

- (A) treina os professores para utilizar as ferramentas e aplicativos para a realização de seus planejamentos.
- (B) conhece os procedimentos para acesso à rede e manutenção de computadores, assim como programas em geral.
- (C) convence o grupo de professores da importância do trabalho com TICs para o futuro dos alunos a partir da discussão de textos da área.
- (D) altera o currículo da escola, considerando as TICs como principal eixo norteador do trabalho.
- (E) implementa ações de formação docente no desenvolvimento do uso das TICs visando a apropriação dessas tecnologias por parte do aluno.

22. A sociedade atual, fortemente marcada pela presença das Tecnologias de Informação e Comunicação, coloca para a escola a necessidade de

- (A) resistir politicamente à entrada das TICs na escola, preservando os alunos da massificação tecnológica.
- (B) aderir ao ensino à distância como forma de garantir a inserção dos alunos no mercado de trabalho.
- (C) planejar as ações pedagógicas de forma a possibilitar que os alunos recebam os conhecimentos efetivamente.
- (D) controlar o uso das tecnologias, já que os alunos apenas as utilizam para comunicar-se socialmente.
- (E) organizar situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos lidar com as tecnologias de modo seletivo e reflexivo.

23. São alterações realizadas no Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) a partir do ano de 2007:

- (A) aplicação da avaliação em todos os alunos participantes da rede estadual de ensino e inclusão de novas disciplinas (Ciências, Física, Química, Biologia, História e Geografia).
- (B) inclusão de diferentes agentes escolares no processo de avaliação e implantação do sistema de bonificação dos professores da rede.
- (C) inclusão das disciplinas das áreas Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas (História e Geografia), além das já avaliadas anualmente (Língua Portuguesa e Matemática).
- (D) pré-testagem dos itens das provas e adequação das habilidades avaliadas às do Sistema de Avaliação da Educação Básica, para a terceira, quarta e oitava séries do Ensino Fundamental e terceira série do Ensino Médio.
- (E) implantação do sistema de bonificação dos professores e inclusão de diferentes agentes escolares no processo de avaliação e pré-testagem dos itens solicitados nas provas.

24. O censo escolar acontece

- (A) a cada dois anos e levanta dados de perfil dos alunos da Educação Básica com o objetivo de fornecer informações relevantes para que os gestores das unidades escolares implantem melhorias em suas instituições.
- (B) a cada dois anos e fornece informações sobre os resultados das avaliações dos alunos de cada unidade escolar para auxiliar na formulação, implementação e monitoramento das políticas educacionais e avaliação do desempenho dos alunos e professores.
- (C) anualmente e realiza o levantamento de informações estatístico-educacionais relativas à Educação Básica, fornecendo um conjunto de informações para a formulação, implementação e monitoramento das políticas educacionais e avaliação do desempenho dos sistemas de ensino.
- (D) a cada quatro anos, em âmbito nacional, por meio do preenchimento de instrumental padronizado, que tem como objetivo levantar dados para a formulação de políticas educacionais nos estados e municípios.
- (E) anualmente e levanta dados referentes à formação dos professores das diferentes unidades escolares e auxilia na elaboração de políticas educacionais voltadas para o aperfeiçoamento docente em todo País.



25. Em uma escola de Ensino Médio os alunos estão ansiosos para a realização o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Porém, um grupo de alunos recusa-se a realizar o exame. Neste caso, o diretor da escola deve
- (A) conversar com os alunos sobre a importância da realização deste exame, deixando porém que os mesmos decidam quanto à sua participação, pois o Enem é de adesão voluntária.
  - (B) obrigar o grupo de alunos a realizar a prova, pois trata-se de um exame obrigatório para todos os alunos deste segmento no País.
  - (C) encaminhar uma carta para os pais/responsáveis por esses alunos, solicitando que conversem com os mesmos e os convençam da importância e obrigatoriedade deste exame.
  - (D) solicitar a ajuda dos professores no convencimento dos alunos para a realização da prova, pois este é um exame que contribuirá para a bonificação dos docentes.
  - (E) informar os alunos de que poderão não realizar o exame, embora, nesse caso, suas notas finais serão afetadas.
- 
26. O Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) é realizado
- (A) anualmente e tem como principais objetivos: – verificar o desempenho de todos os alunos nas diferentes unidades escolares; – fornecer dados para os estados e municípios desenvolverem suas políticas educacionais voltadas para a formação docente; – favorecer o reconhecimento dos gestores das fragilidades de sua unidade escolar.
  - (B) a cada quatro anos e tem como principais objetivos: – investigar fatores socioeconômicos que interferem na aprendizagem dos alunos; – verificar o desempenho dos alunos nas diversas disciplinas; – oferecer, às diversas administrações públicas educacionais, informações para o desenvolvimento e monitoramento de suas políticas.
  - (C) a cada dois anos e tem como principais objetivos: – indicar aspectos a serem aperfeiçoados em cada unidade escolar; – disponibilizar informações relevantes a gestores e técnicos de educação para a elaboração de políticas educacionais; – possibilitar que a sociedade civil conheça as reais condições da realidade educacional brasileira.
  - (D) anualmente e tem como principais objetivos: – melhorar os resultados dos processos educacionais desenvolvidos em todo País; – determinar caminhos para o aperfeiçoamento dos espaços e condições para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; – verificar o grau de eficiência dos sistemas de ensino municipais e estaduais.
  - (E) a cada dois anos e tem como principais objetivos: – acompanhar e monitorar a qualidade e equidade dos sistemas educacionais; – disponibilizar informações para as secretarias municipais e estaduais elaborarem e avaliarem o desempenho de suas políticas educacionais; – oferecer a educadores e sociedade civil informações referentes às condições e resultados dos processos educacionais desenvolvidos em todo País.
- 
27. O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado no ano de 2007, integra o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). O Ideb, que permite um mapeamento detalhado da educação brasileira, fornecendo dados por escolas, municípios e estados, é calculado a partir
- (A) dos resultados do Censo Escolar e da Prova Brasil.
  - (B) dos resultados do Censo Escolar, do Saeb e da Prova Brasil.
  - (C) das notas expressas nos boletins e das faltas dos alunos em todo Brasil.
  - (D) dos resultados da Prova Brasil e do Saeb.
  - (E) dos resultados expressos nas diversas avaliações realizadas em âmbitos nacionais e estaduais.
- 
28. Uma escola alcançou melhora no Saresp, na comparação entre os resultados de 2009 e os de 2010. Porém o seu resultado no Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) apresentou uma pequena queda. Isto significa que a escola apresentou
- (A) um alto fluxo escolar (muitas evasões e repetências).
  - (B) um baixo resultado na Prova Brasil.
  - (C) altos índices de absenteísmo docente.
  - (D) uma piora nas estruturas físicas necessárias para a realização das atividades.
  - (E) um baixo índice de reprovação.



29. O texto abaixo foi extraído de uma matéria divulgada no dia 1º abril, no Jornal O Estado de São Paulo, sobre os resultados do Saresp de 2011.

*Escolas da zona leste têm pior desempenho*

*Diretoria Leste 2, que reúne 90 colégios da capital, obtém índice 0,278 em avaliação*

*Ocimara Balmant – ESPECIAL PARA O ESTADO*

*As escolas da extrema zona leste da capital têm as piores médias de desempenho de estudantes da cidade. A diretoria chamada Leste 2, que reúne 90 escolas de bairros como Itaim Paulista, Guaianases, Itaquera, Lajeado, São Miguel e Vila Curuçá, obteve 0,278 no índice de cumprimento de metas estabelecido pela Secretaria de Estado da EDUCAÇÃO. A escala do índice vai de 0 a 1.*

*O índice é cerca de metade do que obteve uma área nobre da própria zona leste – bairros como Belém e Tatuapé conseguiram 0,469 – e bem abaixo da pontuação da Norte 2. Essa última diretoria congrega bairros como Jaçanã, Mandaqui e Tucuruvi, que alcançaram 0,6 – o melhor desempenho na capital. Os dados mostram que quanto mais periférico é o bairro, mais baixo é o rendimento dos estudantes.*

*O cálculo do índice corresponde à soma de quanto cada uma das 5 mil escolas públicas de todo o Estado cumpriram de sua meta de desempenho (cada colégio tem uma meta específica com base na sua própria realidade), mais o adicional por qualidade, concedido às escolas que superam o que foi estipulado (...)*

A partir do texto acima e das indicações realizadas no documento **Matrizes de referência para avaliação**: documento básico – SARESP da SEE-SP, considere:

- I. Realizar uma reunião com os coordenadores da escola para exigir um acompanhamento mais efetivo de seus professores e alunos, ressaltando a importância da melhora dos resultados para o recebimento de bonificação.
- II. Analisar os dados referentes à sua unidade, identificando os principais desafios expressos nos resultados obtidos para, a partir daí, elaborar em plano de ações para melhorar os indicadores em sua unidade.
- III. Realizar uma reunião com pais e professores para discussão dos resultados e definição de ações conjuntas para melhora da qualidade na escola.
- IV. Rerler, juntamente com coordenadores e professores, a Proposta Curricular para o Estado de São Paulo, e auxiliar na definição das habilidades prioritárias a serem trabalhadas junto aos alunos.
- V. Propor a revisão dos conteúdos trabalhados durante o ano de 2010 e realizar mais provas semelhantes ao Saresp de forma a preparar o aluno para o exame.

As ações de um diretor de escola que mais poderão contribuir para a melhora das aprendizagens dos alunos e dos resultados dessas escolas no Saresp no próximo ano são as que constam APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II e IV.

30. Um diretor, após receber os resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo de sua escola, identifica que as habilidades previstas na Proposta Pedagógica e nos Planos de Ensino de sua unidade não dialogam com a matriz de habilidades previstas no Saresp. Para conseguir melhores resultados na avaliação, o diretor, junto com o professor coordenador, decide desenvolver ações formativas com os professores da escola. Neste sentido, os principais documentos a serem utilizados nessa ação formativa são

- (A) a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, a matriz do Saresp e os documentos que norteiam as avaliações nacionais e internacionais.
- (B) as Matrizes de avaliação do Saeb, Saresp e os conteúdos do Enem.
- (C) a Proposta Curricular do Estado de São Paulo e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.
- (D) as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e os documentos que norteiam as avaliações internacionais.
- (E) os documentos que norteiam as avaliações nacionais e internacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais.





31. As Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental norteiam o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de estados, municípios e unidades escolares, uma vez que
- (A) determinam as habilidades, competências e expectativas de aprendizagem a serem desenvolvidas pelos alunos em cada ano e os processos e metodologias de avaliação a serem utilizados.
  - (B) favorecem a reflexão sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que devem embasar as práticas a serem desenvolvidas nas diferentes unidades escolares e como devem ser realizadas as ações de formação de professores.
  - (C) determinam a grade horária das disciplinas e conteúdos a serem desenvolvidos, assim como favorecem a elaboração de um projeto pedagógico independente no que se refere aos temas transversais.
  - (D) determinam uma Base Nacional Comum referente ao conjunto de conteúdos mínimos das áreas de conhecimento e uma Parte Diversificada, que garante a autonomia das escolas e sistemas de ensino para incluir temas relacionados à sua realidade.
  - (E) estabelecem a relação entre a teoria e a prática a ser desenvolvida pelas escolas e secretarias estaduais e municipais, com vistas a aprimorar a qualidade nas instituições de ensino fundamental em todo País.
- 
32. De acordo com PARECER CEE nº 67/1998 – Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais, os tópicos mínimos que deve conter um Regimento Escolar são
- (A)
    - I. Identificação do estabelecimento.
    - II. Caracterização do espaço físico da escola.
    - III. Caracterização do corpo de funcionários.
    - IV. Conteúdos a serem desenvolvidos.
    - V. Referências bibliográficas.
  - (B)
    - I. Identificação do estabelecimento.
    - II. Fins e objetivos do estabelecimento.
    - III. Organização Administrativa e Técnica.
    - IV. Organização da Vida Escolar.
    - V. Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo.
  - (C)
    - I. Identificação do estabelecimento.
    - II. Organização das disciplinas.
    - III. Caracterização do corpo docente.
    - IV. Carga horária e grade de disciplinas.
    - V. Avaliação.
  - (D)
    - I. Identificação do estabelecimento.
    - II. Princípios e fundamentação teórica.
    - III. Caracterização do corpo docente.
    - IV. Descrição dos espaços da organização.
    - V. Referências bibliográficas.
  - (E)
    - I. Identificação do estabelecimento.
    - II. Expectativas de aprendizagem e habilidades e competências a serem desenvolvidas.
    - III. Metodologia de ensino.
    - IV. Disciplinas e grade horária por ano/série.
    - V. Fundamentação teórica.
- 
33. A estratégia adotada pela Secretaria Estadual de Educação, na década de 1990, para garantir a universalização da educação e a regularização do fluxo dos alunos no que se refere à relação idade/série foi a
- (A) criação dos sistemas de avaliação Saresp/Idesp.
  - (B) determinação de habilidades e conteúdos a serem desenvolvidos em cada ano/série.
  - (C) implantação da nova Proposta Curricular.
  - (D) criação do Projeto Ler e Escrever.
  - (E) implantação do regime de Progressão Continuada.



34. A liderança vem sendo um dos temas apontados como um dos fatores que favorecem as instituições educativas e contribuem para sua qualidade e eficácia. Neste sentido, Trigo (2008) defende um modelo de direção para as escolas pautado em valores (DpV). A característica que mais representa esse tipo de direção é
- (A) a definição clara dos valores a serem defendidos pela escola e seus profissionais.
  - (B) o reconhecimento dos valores, normas e procedimentos defendidos pelas secretarias de educação.
  - (C) o reconhecimento do valor de sua comunidade e dos profissionais, assim como das práticas desenvolvidas pelos mesmos.
  - (D) a mobilização da comunidade para um diálogo em torno de valores para construção de sua própria cultura.
  - (E) a comunicação de seu papel com clareza e a valorização das práticas realizadas por seus profissionais.
- 
35. Uma das indicações da SEE-SP é que a avaliação interna das aprendizagens dos alunos assuma um caráter formativo. Isso significa que a avaliação deve
- (A) ser um instrumento de controle das aprendizagens dos alunos para fins de promoção ou recuperação.
  - (B) informar o professor e o gestor escolar os resultados obtidos pelos alunos ao longo de todo o ano letivo.
  - (C) ser um instrumento propiciador de aprendizagem e destinado a reorientar o planejamento das práticas de ensino.
  - (D) classificar e aprovar os alunos de modo a adequar as possíveis distorções entre o que se espera e o que o aluno sabe em determinado ano/ciclo.
  - (E) auxiliar na avaliação da escola em relação a sua qualidade de ensino.
- 
36. Madalena acaba de assumir a direção de uma escola de ensino fundamental no interior de São Paulo. Ao iniciar suas atividades, percebe que a escola ainda não tem uma proposta pedagógica estruturada de acordo com a política educacional do Estado. Para auxiliar sua equipe na adequação da proposta pedagógica da escola, além de considerar dados relativos ao perfil sociocultural e econômico dos alunos, Madalena deverá utilizar, principalmente,
- (A) a matriz de avaliação do Saesp, propondo uma discussão coletiva com o grupo de professores e elaborando a proposta pedagógica para a avaliação escola.
  - (B) a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, propondo uma discussão com a equipe escolar e a construção de planos anuais por disciplina.
  - (C) os materiais do Programa Ler e Escrever, propondo uma discussão com o grupo de professores e a elaboração de plano que contemple o trabalho com leitura e escrita em todas as áreas.
  - (D) as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental, elaborando junto ao professor coordenador a proposta pedagógica, para apresentação à equipe, para validação.
  - (E) os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborando individualmente o documento e apresentando-o para a equipe.
- 
37. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) deslocou o foco do ensino para a aprendizagem. Ou seja, o trabalho desenvolvido pela escola passou a ser pautado a partir do que os alunos devem aprender e não mais nos métodos de ensino. O fator que motivou essa nova opção conceitual e metodológica foi
- (A) o baixo grau de formação dos professores em exercício.
  - (B) a dificuldade de coordenar e avaliar os processos de ensino.
  - (C) a maior facilidade em trabalhar com o desenvolvimento de aprendizagens do que com os processos de ensino.
  - (D) a heterogeneidade do grupo de professores que atua no País.
  - (E) a necessidade de incorporar no currículo a heterogeneidade presente na sociedade brasileira.



38. Segundo Martins (2008),

*As relações estabelecidas no cotidiano e em situações de reuniões colegiadas são tecidas em processos de longas negociações e conflitos, tanto no que diz respeito às diretrizes centrais (acentuadas diante das características fortemente burocrático-rationais da instituição), quanto no que diz respeito à busca de soluções para problemas do cotidiano (...)*

Para garantir que o espaço seja participativo e um local de deliberações e encaminhamento de demandas, o papel da equipe gestora deve ser principalmente o de

- (A) estabelecer a pauta das reuniões para garantir que a discussão das questões mais importantes tenha lugar e sistematizar seus resultados.
- (B) coordenar reuniões para que os conflitos estabelecidos sejam sobrepostos pelas necessidades administrativas da unidade escolar.
- (C) realizar negociações prévias com o grupo de profissionais participantes das reuniões para que as demandas trazidas sejam solucionadas com maior eficácia.
- (D) administrar conflitos e procurar orientações que possam mediar a resolução dos problemas da unidade escolar.
- (E) deixar que a reunião aconteça espontaneamente, intervindo o menos possível, para que o grupo de participantes crie encaminhamentos e tome decisões autônomas.

39. Rosana, diretora de uma escola de Ensino Fundamental, ao chegar em seu local de trabalho encontra um pai de aluno na secretaria, reclamando com os funcionários da escola sobre a postura de determinado professor. Como uma diretora pautada por princípios da gestão da democrática, ela deverá

- (A) dispensar o pai, informando-o de que a secretaria da escola não é o local para a realização desse tipo de reclamação e ressaltando que, caso haja alguma dúvida, uma reunião poderá ser agendada junto à direção e coordenação.
- (B) perguntar o nome do filho e do professor em questão, informando que resolverá o problema internamente, e que o pai será avisado de sua resolução por meio do caderno de recados do aluno.
- (C) conversar com o pai, ouvindo suas sugestões de como melhorar o trabalho e convidá-lo para as demais reuniões realizadas pela escola para discutir em grupo essa melhoria.
- (D) ouvir o pai com atenção, chamando depois o professor e o aluno para uma conversa e, caso necessário, trocar o aluno de sala, acabando com o conflito em questão.
- (E) realizar reunião com todos os professores para explicitar o caso e frisar a necessidade de alinhamento das ações realizadas na escola para que sejam evitados esses conflitos.

40. As principais atribuições/funções que os diretores devem desenvolver em suas unidades escolares são

- (A) mediar as demandas do sistema de ensino com a sua realidade escolar; estar atualizado com relação às diretrizes educacionais nos diversos âmbitos: nacional, estadual e municipal; zelar pela organização administrativa da escola em consonância com sua proposta pedagógica; garantir e organizar os registros realizados por sua unidade; motivar a participação da comunidade escolar e dos demais profissionais da escola e mediar os conflitos existentes.
- (B) auxiliar os professores no planejamento e registro das atividades realizadas; comandar as equipes de auxiliares escolares no que se refere à limpeza e organização do espaço; contratar profissionais e organizar a carga horária de cada um deles; elaborar a proposta pedagógica da escola; cuidar da parte administrativa/financeira da unidade; discutir temas junto a comunidade escolar que influenciem no trabalho desenvolvido na escola.
- (C) adequar a escola às Diretrizes Curriculares Nacionais; captar recursos em editais privados ou públicos para complementar os recursos destinados a sua unidade; vivenciar situações em sala de aula para posteriormente contribuir com a ação e planejamento dos educadores; estabelecer cronograma escolar e principalmente momentos para a participação da comunidade escolar; organizar festas de final de ano para arrecadação de fundos.
- (D) elaborar a proposta pedagógica da escola; organizar os momentos de planejamento junto aos professores; controlar as faltas e notas dos alunos; estabelecer parcerias com empresas privadas para a captação de recursos para sua unidade escolar; desenvolver plano administrativo para manter a escola; sistematizar todo o trabalho realizado pela escola e aprová-lo junto à Secretaria Estadual de Educação.
- (E) auxiliar na limpeza e organização do espaço escolar; contratar profissionais e organizar a carga horária de cada um deles; vivenciar, junto aos professores, situações de ensino para poder auxiliar no planejamento e desenvolvimento das atividades pedagógicas; organizar festas de final de ano para arrecadação de fundos.



41. No início do ano letivo a demanda por vagas no ensino fundamental em uma escola da periferia da cidade São Paulo é maior do que sua capacidade. Os pais que estão à procura de vagas já pesquisaram nas demais escolas da região, porém nenhuma tem possibilidade de realização de matrículas. Nestes casos, o diretor da escola deve
- (A) informar os pais de alunos que as vagas já estão preenchidas e que os mesmos aguardem até o próximo ano letivo para matricular seus filhos.
  - (B) solicitar que os pais entrem com uma ação no Ministério Público para conseguirem as vagas.
  - (C) entrar em contato com CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente) para procurar uma solução para o problema.
  - (D) articular-se com a Secretaria de Educação para buscar possíveis alternativas para a resolução do problema.
  - (E) estabelecer parcerias com a comunidade para reforma e ampliação do espaço para abertura de novas vagas.
- 
42. Marçal e Souza (2001), em material do Progestão, destacam que a autonomia construída no âmbito das escolas diz respeito à
- (A) garantia legal da soberania da instituição, por meio da qual a gestão toma as decisões necessárias para o bom funcionamento da escola.
  - (B) implementação de um projeto pedagógico compartilhado, pelo qual a equipe escolar responde pelas ações e resultados da prática educativa.
  - (C) determinação legal expressa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que todas as escolas brasileiras devem acatar.
  - (D) atuação individualizada e responsável de cada funcionário da escola, que, ao ser efetivado, está ciente de suas obrigações.
  - (E) necessidade da gestão escolar garantir o atendimento das demandas dos alunos e suas famílias.
- 
43. Para atender ao artigo 12 da LDB (Lei nº 9.394/96), que incumbe a instituição de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o gestor, tomando como norte os princípios da gestão democrática, tem o papel de
- (A) coordenar os diferentes atores da equipe escolar, buscando superar conflitos e garantir a convergência dos interesses dos vários segmentos.
  - (B) ouvir as equipes técnica e docente da escola e redigir um documento que contemple a pluralidade de posições nela existentes.
  - (C) selecionar adequadamente um profissional externo à instituição que possa de forma mais isenta elaborar e implementar uma proposta pedagógica.
  - (D) informar-se com o órgão central sobre os encaminhamentos e regimentos comuns à rede em que a escola está inserida.
  - (E) realizar uma eleição na qual a maioria escolha representantes que se responsabilizem pela elaboração da proposta a ser implementada por todos.
- 
44. A construção do projeto pedagógico da escola
- (A) tem relação direta com a autonomia, já que a aprovação desse documento pelo órgão central garante independência às decisões da instituição.
  - (B) tem relação direta com a autonomia, pois, ao conhecer o documento, os pais não podem fazer exigências que o extrapolem.
  - (C) tem relação direta com a autonomia, já que é um dos instrumentos de concretização dos norteamentos educativos daquela coletividade.
  - (D) não tem relação com a autonomia, pois é uma exigência da administração que define prazos para a elaboração e aprovação do documento.
  - (E) não tem relação com a autonomia, pois esta diz mais respeito ao exercício democrático cotidiano, enquanto o projeto é um documento.



45. Em uma escola pública localizada na periferia de uma grande cidade, o diretor observava um alto nível de absenteísmo nas reuniões do conselho de escola e, dentre as poucas pessoas que compareciam, um certo desinteresse nos assuntos que compunham a pauta.

Considere as seguintes ações:

- I. considerar a falta de participação como um indicador de que a comunidade não tem interesse em participar da gestão e dissolver o conselho escolar.
- II. rever os horários e datas de reunião, considerando a rotina de trabalho dos representantes do conselho escolar.
- III. implementar uma política de premiação que motive pais e representantes da comunidade local a participarem das reuniões do conselho.
- IV. repensar o formato das reuniões, investindo em pautas mais de natureza consultiva e deliberativa do que apenas informativa.
- V. ampliar o convite à reunião, possibilitando que outras pessoas interessem-se por compor o conselho escolar e dele participar.

As ações que mais se aproximam de uma gestão aliada aos princípios democráticos são as descritas APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e V.

46. A relação da gestão escolar com o grêmio estudantil deve ser de

- (A) não interferência, já que o grêmio deve ser iniciativa dos alunos.
- (B) apoio, com a criação de espaços de participação dos alunos no cotidiano escolar.
- (C) controle, pois os alunos do ensino fundamental precisam disso constantemente.
- (D) tutela, já que os alunos precisam se adaptar ao projeto pedagógico da escola.
- (E) não apoio, pois as experiências de grêmio estudantil acabam em conflitos com a gestão.

47. Pedro acaba de assumir a direção de uma escola de ensino fundamental, localizada em uma comunidade na zona rural de São Paulo. A escola tem mais de 10 anos de existência e, pelo que Pedro observou, as famílias dos alunos sentem-se muito à vontade para entrar e sair da escola quando necessitam. De forma geral, o novo diretor valoriza essa presença, mas, em muitos momentos, acaba tendo de dar conta de demandas emergenciais e conversas variadas dos pais, que colocam por água abaixo todo o planejamento diário das atividades da gestão. Tendo em vista essa situação, visando equacionar questões relativas à relação escola-família e as múltiplas atividades da gestão, o diretor deve

- (A) manter a atual relação com as famílias, pois, mesmo com alguns problemas, qualquer ação pode ser vista como tentativa de exclusão dos pais da escola.
- (B) estabelecer horários de reuniões com os pais e limitar a ida à escola apenas aos horários de entrada e saída dos alunos.
- (C) compor com o vice-diretor um esquema que amplie as possibilidades de atendimento das demandas dos pais, que são sempre emergenciais.
- (D) propor encontros de pais na escola, em que possam ser combinados horários de reuniões e estratégias de organização coletiva.
- (E) manter-se mais na sala da direção, de forma que sua presença não seja demandada diretamente pelos pais na escola.

48. O conselho de classe/série consiste em um

- (A) colegiado que tem como objetivo maior avaliar como a escola vem desenvolvendo o processo de ensino-aprendizagem.
- (B) dispositivo utilizado ao final do processo de avaliação dos alunos com problemas de aprendizagem.
- (C) espaço criado pelos diretores de escola para participar dos processos de avaliação dos alunos da escola.
- (D) recurso usado pelos professores para resolver questões relativas a comportamento e relacionamento com as turmas.
- (E) espaço democrático criado na escola para socializar com os alunos os resultados da avaliação da aprendizagem.



49. A aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana baseia-se em uma política de
- (A) exclusão, pautada em dificultar a entrada de grupos historicamente favorecidos em nome da igualdade social.
  - (B) manutenção, pautada em ações que corroboram a ideia de que na escola brasileira não há racismo.
  - (C) reparações, pautada em ações afirmativas que visam a corrigir desigualdades raciais e sociais historicamente constituídas.
  - (D) assistencialismo, pautada em ações sociais que buscam assistir grupos socialmente desfavorecidos.
  - (E) intervencionismo, pautada em ações curriculares que incluem novos conteúdos ao projeto pedagógico das escolas.

50. Ao assumir a gestão de uma escola de ensino médio localizada num bairro popular da capital do Estado de São Paulo, o diretor José encontrou uma escola dividida por disputas de espaço e poder, especialmente no que se referia à tomada de decisões nos grupos de funcionários e professores. Essa realidade criava situações de difícil manejo no cotidiano escolar, além de um péssimo clima de trabalho, influenciando negativamente a organização do ensino na escola. O impacto na aprendizagem dos jovens era notório, refletindo em avaliações negativas de aprendizagem e alta evasão.

De acordo com o norteammento do regimento escolar, o diretor deve

- (A) remover os funcionários com perfil mais conflitante para outras instituições da rede, constituindo um grupo mais harmônico e democrático.
- (B) implementar ações de gestão e convivência que orientem as relações profissionais e interpessoais com base nos princípios de solidariedade e ética.
- (C) evitar opinar ou intervir nos grupos, já que são relações estabelecidas anteriormente à sua presença na escola.
- (D) informar à Diretoria de Ensino de sua região, que, como órgão superior, poderá tomar as providências cabíveis à situação.
- (E) articular com o grupo de professores ações que neutralizem conflitos dos outros grupos, considerando que o docente é responsável pela ação pedagógica.

51. O plano de gestão escolar é

- I. condição de garantia da autonomia da escola.
- II. planejamento de ações individuais do gestor.
- III. documento de identidade da escola.
- IV. retrato do projeto coletivo.
- V. burocracia inerente ao diretor.

Está correto o apresentado APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e V.

52. Para Alarcão (2010), gerir uma escola reflexiva diz respeito a nortear-se pelo projeto de escola, tomando decisões adequadas no momento certo. Para tanto, há que se garantir a

- (A) especialização do corpo docente.
- (B) organização financeira da instituição.
- (C) ação eficiente do gestor.
- (D) adoção do currículo nacional.
- (E) construção coletiva do projeto.



53. Tem sido comum encontrar escolas que abrem seus “portões” nos finais de semana para oportunizar o uso de seus espaços à comunidade e, muitas vezes, minimizar ações de vandalismo no entorno da instituição. Práticas como essa são consideradas
- (A) adequadas, pois se pautam no princípio da convivência democrática e criam condições para um vínculo efetivo entre instituição educativa e comunidade.
  - (B) adequadas, porque só assim as comunidades em que estão inseridas as escolas públicas terão estímulo para conservá-las.
  - (C) adequadas, pois essa estratégia pedagógica garante que as atividades extracurriculares sejam realizadas fora do horário das aulas.
  - (D) inadequadas, pois as escolas acabam tendo seu papel de ensino confundido com outras instituições como clubes etc.
  - (E) inadequadas, pois demandam da equipe de funcionários da escola atender um número maior de pessoas que sua função exige.

**Atenção:** Leia a situação a seguir e responda às questões de números 54 e 55.

Um diretor levou para discutir com a equipe de professores de sua escola o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA.

54. Esse documento legal
- (A) não tem relação alguma com o regime de progressão continuada, já que um regula os direitos da criança e do adolescente e outro o sistema de avaliação.
  - (B) tem seus princípios em conformidade com o regime de progressão continuada, pois ambos visam a garantir o direito ao acesso e à permanência do aluno na escola.
  - (C) está em desacordo com o regime de progressão continuada, pois o ECA garante o direito à educação, enquanto o regime de progressão continuada o flexibiliza.
  - (D) sustenta-se equivocadamente na ideia de garantia dos direitos e não no mérito do aluno que se esforça para aprender.
  - (E) reforça a preponderância dos direitos do adolescente na sociedade atual.

55. Um dos professores respondeu que essa lei só dificultou mais ainda a situação em sala de aula, pois até questionar a avaliação do professor agora o aluno pode. Ele se referiu ao

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

O diretor, visando a uma atuação formativa e democrática,

- (A) concordou com essa fala, pois é fato que a ampliação dos direitos contribui com a diminuição da autoridade do professor.
  - (B) concordou com essa fala, pois especificamente nesse parágrafo há ingerência do ECA em uma definição da escola sobre critérios de avaliação.
  - (C) discordou dessa fala, pois o professor confundiu a questão da autoridade com a clareza dos critérios da avaliação.
  - (D) registrou a opinião do professor e informou ao professor coordenador para que tomasse as providências em relação à formação.
  - (E) preferiu não emitir uma posição com relação a essa fala, pois isso iria restringir o professor na sua liberdade de expressão.
56. Um gestor preocupado com a superação de relações pautadas por desigualdades no contexto de sua escola deve buscar
- (A) garantir a universalidade dos conteúdos trabalhados, independentemente da origem sociocultural dos alunos.
  - (B) conhecer a comunidade em que atua, conscientizando-se dos limites das possibilidades de aprendizagem.
  - (C) conhecer as defasagens culturais dos alunos, com vistas a prover no currículo experiências de compensação de estudos.
  - (D) refletir sobre atitudes classificatórias por parte de alunos e professores que se pautam na etnia dos alunos.
  - (E) manter-se discreto em relação às questões de gênero, já que cada um tem direito a escolher o tipo de vida a levar.



57. A avaliação do projeto político pedagógico, em uma visão crítica, pauta-se
- (A) pela construção de uma posição independente, rechaçando regulações externas à escola e construindo a autonomia da instituição.
  - (B) pela implementação de instrumentos de avaliação organizacional e pessoal, contribuindo com a eficiência e eficácia da ação educativa.
  - (C) pelo conhecimento da realidade escolar, visando compreender criticamente as causas da existência de problemas e propor ações alternativas de caráter coletivo.
  - (D) pela harmonização das ideias da comunidade escolar, buscando sustentação e legitimidade do projeto pedagógico no coletivo.
  - (E) pela previsão e realização da reunião coletiva anual, retomando todo o trabalho desenvolvido no ano, a partir dos registros docentes.
- 
58. A relação entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Educação e as secretarias municipais, de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96), é de
- (A) hierarquia, tendo em vista que o Ministério disponibiliza os recursos para as secretarias.
  - (B) independência, já que não necessariamente há concordância político-partidária nos projetos.
  - (C) assistência do Ministério em relação às secretarias estaduais e destas em relação às municipais.
  - (D) colaboração, inclusive na direção da organização dos respectivos sistemas de ensino.
  - (E) construção, pois, após a democratização, tem havido movimentos de articulação dos sistemas de ensino.
- 
59. Carvalho e Silva (2001) destacam que *as escolas desenvolvem, com frequência, barreiras ao convívio democrático sob variadas formas de violência explícita e implícita, ligadas às muitas expressões do antagonismo, do autoritarismo, do preconceito, da intolerância e de abordagens pedagógicas inapropriadas*. Nessa direção, pesquisas têm mostrado que uma das formas de violência mais relatadas por alunos e professores diz respeito à homofobia. Segundo estudo coordenado por Abramovay, M. 63,1% dos alunos já presenciaram discriminações pelo fato de a pessoa ser ou parecer homossexual, enquanto no que diz respeito aos professores esse número é de 56,5%.
- Refletindo sobre ações de gestão que possam contribuir para a superação desse cenário e a construção efetiva de um convívio democrático, pode-se afirmar que a
- (A) formação do professor coordenador é a maneira mais viável de superar essa situação.
  - (B) suspensão automática dos alunos ou professores que tiverem uma atitude discriminatória é medida que contribui para diminuir o acontecimento desses fatos.
  - (C) conversa com os alunos e professores homossexuais para que evitem se expor é uma maneira de preservá-los do preconceito socialmente cristalizado.
  - (D) posição firme da escola, representada pelo gestor, colocando limites para que assuntos extracurrículo não atrapalhem a execução do projeto pedagógico, é fundamental.
  - (E) formação da equipe escolar que possibilite aos professores a reflexão sobre seus próprios preconceitos pode contribuir com a mudança das formas de se relacionar.
- 
60. São princípios norteadores do currículo do Ensino Médio, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais:
- (A) a equalização de conteúdos; a política da igualdade e a ética da sensibilidade.
  - (B) a política da igualdade; a ética da identidade e a inserção no mercado de trabalho.
  - (C) a continuidade dos estudos; a inserção no mercado de trabalho e a política da igualdade.
  - (D) a estética da sensibilidade; a política da igualdade e a ética da identidade.
  - (E) a equalização de conteúdos; a continuidade dos estudos e a inserção no mundo do trabalho.



**PROVA DISSERTATIVA**

1. O desenvolvimento de um projeto político-pedagógico pautado nas relações democráticas supõe que a gestão escolar assuma compromissos e realize ações diferenciadas em relação a parâmetros mais tradicionais ou tecnicistas. Nessa direção, explicita:
- a. Que fundamento(s) legal(is) demanda(m) uma gestão democrática na educação.
  - b. O que caracteriza uma gestão democrática, no que se refere a:
    - I. Estrutura organizacional da escola;
    - II. Princípios e diretrizes norteadores do projeto da escola;
    - III. Relações interpessoais de alunos, funcionários, professores e comunidade;
    - IV. Instrumentos e modelo de gestão;
    - V. Desenvolvimento profissional e formação da equipe.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	